

.....

O artigo em questão trata da compreensão da notícia como uma fonte de representação social e de como a formação profissional do jornalista irá colaborar para que essa representação possa ser apresentada à sociedade de forma consciente. A educação superior do jornalista, enquanto ator social, não deve estar restrita ao discurso das habilidades e competências pregadas pelas Diretrizes Curriculares, mas sim preocupada com a formação de um profissional que compreenda a sociedade onde se insere, e possa representar, de forma consciente, os fatos em notícia. Essa consciência se deve principalmente a ter o referido ator social – o jornalista - a clareza da forma como irá representar esse fato.

Palavras-chave: Representação social. Educação jornalística.

This article deals with understanding news as a source of social representation and the way journalists' professional education could collaborate with it, so that this representation could consciously be presented to society. The professional education of the journalist, as a social actor, should not be restricted to abilities and competences as recommended by Official Curricular Directives. It should also concern the society where such a professional is to act, enabling the journalist to consciously represent and translate facts into news. Such a conscience is due to the fact that this social actor- the journalist – is the one able to clearly envision the ways of representing facts.

Keywords: Social representation. Journalist's education.

Notícia como representação social e a educação profissional jornalística

Cristiane Hengler
Corrêa Bernardo

Professora da
Faculdade Estácio de Sá.
chengler@fes.br

Inara
Barbosa Leão

Professora do Programa
de Pós-Graduação
em Educação da
Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul.
inaraleao@brturbo.com.br

Introdução

O artigo pretende discutir como a formação profissional do jornalista através do ensino superior na graduação irá tratar a notícia enquanto representação social. O debate traz a tona o discurso atual das Diretrizes Curriculares e a consciência do jornalista enquanto ator social. A reflexão do assunto neste artigo concerne na formação do profissional que está elaborando tal notícia. O que está por trás dos fatos retratados? Quais opções foram feitas pelo jornalista nas entrevistas, na redação, na edição das notícias? A qual grupo social pertence este jornalista? Quais interesses são defendidos por esse ator social e pelo veículo onde escreve? Todas estas respostas vão incidir diretamente sobre a representação que ele fará do fato a ser noticiado.

O público se depara com a notícia, seja na sua residência, nas bancas de jornal, nas empresas, nos consultórios médicos e odontológicos, nos veículos de transporte e muitas vezes na sala de aula. O que mais chama atenção? Qual o interesse na manchete do dia? Por onde começar a leitura? Quais fatores influenciam na escolha das notícias a serem publicadas? Essa interação que ocorre entre os media¹ e o público através da recepção, aceitação e conse-

¹ Media: plural de mídia: designação genérica dos meios, veículos e canais de comunicação como, p.ex, jornal, revista, rádio, televisão, *outdoor*, etc.

qüentemente da aquisição da informação, nem sempre consegue ser completamente esclarecida pelos comunicólogos, mas ela existe, é real e “vende” ou deixa de vender “o produto”.

A interação inicial ocorre logo na manchete e, depois, tem prosseguimento na

Por mais isenção que um jornalista possa manter, não se pode esquecer que ele faz parte da opinião pública e, por isso, a influencia e é influenciado por ela.

seleção das notícias ou, até mesmo, no descarte de algumas delas. A responsabilidade por essa escolha se deve principalmente à persuasão que é usada na linguagem jornalística para atrair o público. Lopes (1998:5; 6) efetua consideração a esse respeito:

A essência abstrata de qualquer primeira página competente está, pois, na indispensável proposta de acordo – e também por isso, contrariando crenças espalhadas em livros até famosos, digo que persuasão constitui-se traço fundamental no discurso jornalístico, mesmo quando apenas pretende informar. [...] Para persuadir o leitor à interatividade na atribuição de significados aos acontecimentos de cada dia, o relato e a análise da atualidade que o jornalismo coloca na sociedade precisam ter a virtude da veracidade, exposta com clareza e precisão. É o que Teun van Dijk chama de caráter asseverador da linguagem jornalística. E o atributo da veracidade tem que aflorar nos títulos e nas ordenações visuais organizativas das mensagens, ações para as quais converge a atenção interlocutiva do leitor. Sem isso não haverá acordo. Mas, quem é e onde está esse interlocutor escondido que provoca o leitor e lhe propõe acordos? Ele existe e tem nome. Chama-se editor. Numa redação de jornal, concentra-se na equipe de editores o poder, a competência e a responsabilidade de decidir o que deve ser publicado e como deve ser publicado. Está na equipe de editores, e no espaço particular de cada um deles, a interface escondida do jornal, na macro-interlocução que o jornalismo promove e viabiliza, ao mediar ações e falas que desorganizam, reorganizam, discutem ou explicam a atualidade.

A declaração de Lopes explicita, de certa forma, a maneira de se editar encontrada no jornalismo atual. A utilização da linguagem persuasiva terá influência direta

na leitura do público, que pode ser levado aos interesses expostos pelo jornal, mesmo que também mantenha os seus próprios interesses que podem ir do *hobby* ao interesse de mercado enquanto investidor, por exemplo.

Todavia questiona-se: pode existir um acordo entre os interesses do leitor, da linha editorial e do próprio jornalista no tratamento da notícia? O fato existe por si só ou somente torna-se fato quando estampado em veículos

de comunicação? Mesmo na pretensão de informar está apenas representando a realidade e por mais isenção que um jornalista possa manter, não se pode esquecer que ele faz parte da opinião pública e, por isso, a influencia e é influenciado por ela. Genro Filho (1987) trabalha exatamente esse conceito e elucida o que é fato para a concepção jornalística e quais as suas implicações:

Assim como cada disciplina científica constrói os fatos com os quais trabalha, a notícia é a unidade básica de informação do jornalismo. São os fatos jornalísticos, objetos das notícias, que constituem a menor unidade de significação. O jornalismo tem uma maneira própria de perceber e produzir “seus fatos”. Sabemos que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas.

Isto quer dizer que há uma certa margem de arbítrio da subjetividade e da ideologia, embora limitada objetivamente. A objetividade oferece uma multidão infinita de aspectos, nuanças, dimensões e combinações possíveis para serem selecionadas [...]

O material do qual os fatos são constituídos é objetivo, pois existe independente do sujeito. O conceito de fato, porém, implica a percepção social desta objetividade, ou seja, na significação desta objetividade pelos sujeitos. [...]

Os fatos jornalísticos são um recorte no fluxo contínuo, uma parte que, em certa medida, é separada arbitrariamente do todo. Nessa medida, é inevitável que os fatos sejam, em si mesmos, uma escolha. Mas, para evitar o subjetivismo e o relativismo, é importante agregar que esta escolha está delimitada pela matéria objetiva, ou seja, por uma substância histórica e socialmente constituída, independentemente dos enfoques subjetivos e ideológicos em jogo. A verdade, assim, é um processo

*de revelação e constituição desta substância.
(1987: 186-188)*

Genro Filho é muito lúcido na afirmação de que o material do fato é objetivo, mas que está nas mãos dos sujeitos – os jornalistas – atores sociais – apesar de existirem independentemente desses sujeitos – a missão de representá-los para a sociedade onde está inserido. Isso pode ser claramente percebido nos noticiários internacionais acerca de uma determinada sociedade onde o jornalista não está inserido, não pesquisa e, portanto, não conhece. O simples tecnicismo de um *Lead*² não dará ao texto noticiado a representação exigida que só poderá ser absorvida pelo conhecimento das práticas sociais daquela determinada sociedade como um todo. Por isso, é tão freqüente a crítica que se faz às coberturas internacionais e principalmente ao jornalismo interpretativo de jornalistas de outros países em relação à determinada sociedade. É o olhar de fora, com outros valores, outra cultura, o verdadeiro olhar estrangeiro ao fato.

Deve se ter como ponto de referência que o jornalista é sujeito desta sociedade, dos seus valores, da sua cultura, das normas e até das próprias técnicas e teorias, das quais fazem uso as Matrizes Curriculares dos Cursos de Comunicação Social para que seja formado este profissional que, após a conclusão do curso, irá emitir juízos e valores que se tornarão públicos por meio da sua atuação profissional. Outro ator, que entra neste cenário de formação profissional do jornalista que possui extrema importância é o docente, que também tem os seus próprios valores, sua experiência profissional e de vida e que vai ser o

elo entre o Projeto Pedagógico do Curso, com todos os objetivos, perfis, matriz curricular e o acadêmico.

Essa preocupação com a formação acadêmica do profissional é, sobretudo, reforçada pela necessidade do reforço da ética profissional e em sobremaneira nas profissões que tornam públicos os fatos que, como se afirmou anteriormente, tornam-se representações sociais, que serão “lidas” sob um ângulo do profissional que irá retratá-la e tornar pública em forma de notícia através dos veículos de comunicação.

Assim sendo a preocupação se foca na atuação do jornalista enquanto intérprete da representação do fato, e conseqüentemente na formação acadêmica que o levou ao mercado de trabalho. A notícia é formada por uma série de representações sociais, que são por sua vez constituídas por informações de diversas fontes que oferecem subsídios para a formatação final do texto jornalístico. A seleção destas informações, a leitura crítica e a postura o mais isenta possível do jornalista, é que irão direcionar como será oferecida essa representação social à sociedade onde este profissional está inserido.

Essa função deve ser apoiada em uma base de formação sólida com os princípios éticos, morais e interesses sociais e para isso deverá estar alicerçado o Projeto Pedagógico dos Cursos de Comunicação Social. Criar no profissional do jornalismo o discernimento necessário e próprio da sua profissão; o compromisso social e o respei-

A preocupação se foca na atuação do jornalista enquanto intérprete da representação do fato, e conseqüentemente na formação acadêmica que o levou ao mercado de trabalho.

² Na Inglaterra e nos Estados Unidos, aparecem novas formas de redações de notícias, um novo estilo que se apóia de modo fundamental na narração e relato de fatos e acontecimentos. O novo estilo adapta formas de expressão literária desta época para transmitir informações com eficácia e economia de palavras [...] É o aparecimento da técnica do Lead (guia ou orientação para o leitor) em que o jornalista anuncia no primeiro parágrafo os cinco elementos da notícia: o quê, quem, quando, onde e por que. Este estilo chegou ao Brasil na década de 50, com os manuais de redação. Hoje já foi acrescida a questão como ao lead. SQUIRRA (1998 : 63)

to à sociedade onde está inserido, significa um avanço ao que se pratica hoje nas escolas de comunicação e principalmente no mercado de trabalho.

Os projetos pedagógicos adequarem-se às necessidades do mercado de trabalho não significa que se deve romper com princípios inatos do próprio ser humano. Como costuma afirmar em suas palestras José Hamilton Ribeiro quando questionado sobre a ética jornalística: “ a ética não é do jornalista e sim do ser humano”. A Universidade é o local para a produção do conhecimento, mas não é o único local para tal. O que ocorre hoje é uma inversão de valores, produz-se no mercado e se leva para a Universidade, e esta tem que se adequar plenamente às “vontades” do que é proposto, ou melhor, imposto pelo mercado de trabalho.

Percebe-se que o lado comercial, “patrocinador” o jornalismo atual, acaba sendo totalmente priorizado, e criam-se assim produtos altamente acríticos, descomprometidos com os interesses públicos, produtos sensacionalistas e sem pluralismo ou o mínimo respeito aos princípios básicos do jornalismo como o de ouvir e citar a versão dos fatos, dar o mesmo espaço aos lados.

Aqui não se menciona a imparcialidade, pois a mesma se torna utópica e contrapõe totalmente a formulação proposta de notícia como representação social. Ora, sen-

todas as reações que se terá ao fato noticiado; fala-se em consciência do processo de construção da notícia. A consciência como apresenta González Rey (2003: 226)

[...] não é um sinônimo de razão, é sinônimo de representação, intencionalidade e reflexividade enquanto processos comprometidos com a ação do sujeito, embora cada um destes processos esteja subjetivamente constituído sobre configurações de elementos inconscientes que são fonte de seu sentido subjetivo. A dimensão de sentido dos processos psíquicos é inconsciente. No entanto, a consciência é a organização processual na qual o sujeito participa intencionalmente nos processos de sua vida, o que implica a organização de sua própria linguagem, na reflexão, na elaboração de projetos e no momento construtivo de suas filosofias de vida, de suas crenças e suas representações.

Para Corrêa (2002) essa consciência será fundamental em todo o processo jornalístico, mas principalmente no processo de edição. Erbolato (1985: 126) afirma que deixar algum fato de lado ou dar a eles uma determinada cobertura já se estabelece o processo de edição. O próprio fato já determina o início do processo de edição, seja através do quem, do que, do quando, do onde, do como ou do porquê (as respostas que devem integrar o lead da matéria) ou até mesmo em decorrência das fontes que fizeram uma nova representação do fato à imprensa.

Continuando o processo, a visão do repórter que irá apurar os fatos, fazer coberturas e entrevistas já constitui uma

nova etapa de edição. Deixar de lado certas declarações ou até mesmo o ato de “derubar matérias”, passa a constituir mais uma fase da edição. Sendo ainda mais detalhista, até

mesmo a moral, a ética, a isenção, a perspicácia e outros muitos fatores que compõem a personalidade de determinado jornalista vão participar do processo de edição.

Quando o fato jornalístico chega à redação do texto, chegam também novas edições. Primeiro, a da seleção de depoimentos e entrevistados feita pelo próprio redator e, por fim, a edição feita pelo editor.

Os projetos pedagógicos adequarem-se às necessidades do mercado de trabalho não significa que se deve romper com princípios inatos do próprio ser humano.

do o jornalista o profissional responsável por apresentar a notícia à sociedade, e esta sendo uma forma de representação social dos fatos e acontecimentos, não se pode colocar a figura da imparcialidade a sombreado o profissional do jornalismo.

O fundamental é que o jornalista em seu processo de formação adquira a “consciência” e não se fala aqui apenas em consciência da sua função, do seu papel social e de

Ainda precisa ser mencionada a “edição”, dada em função dos interesses comerciais ou políticos. A este tipo de edição pode-se denominar “edição de interesses”, que funciona como uma espécie de censura e determina o que um veículo de comunicação pode ou não divulgar em função dos interesses comerciais, políticos ou até mesmo editoriais. Esse entendimento figura nas palavras de Rossi (1980:28):

[...] cada jornal publica não tudo aquilo que ocorre no mundo, mas apenas aquilo que cabe no espaço destinado à informação (nos grandes jornais, esse espaço varia de 40% a 60% do total de páginas de cada edição; o espaço

restante é preenchido pela publicidade. E, a não ser em circunstâncias excepcionais, ou seja quando há um acontecimento extraordinário a ser noticiado, é a publicidade e não a redação que comanda o total de páginas com que será publicado o jornal: um grande volume de anúncios traz consigo um relativo aumento de páginas, mas um grande volume de notícias não tem a mesma consequência [...]

... a “edição de interesses” funciona como uma espécie de censura e determina o que um veículo de comunicação pode ou não divulgar em função dos interesses comerciais, políticos ou até mesmo editoriais.

Materiais e métodos

Por se tratar de artigo científico produzido a partir da minha Dissertação de Mestrado e adaptado aos atuais interesses de pesquisa com relação à educação superior e mercado de trabalho, foi utilizado como material a dissertação apresentada e aprovada em 2002, na UNESP sob o título: “Manchete Jornalística: Sensacional e/ou sensacionalista” e orientada pela Prof^a Dr^a Ana Rosa Gomes Cabello. A dissertação tinha o seguinte teor registrado no resumo apresentado por Corrêa (2002):

Esta Dissertação tem como objeto efetuar análise e discussão dos preceitos teóricos sobre representação dos fatos e linguagem jornalística, mais especificamente, sobre notícia e construção de manchete (ou título de primeira página), para verificar se há ou não incidência do binômio sensacional versus sensacionalismo, a partir da observação empírica, numa análise comparativa de manchetes veiculadas, em dias coincidentes, por dois jornais da empresa Folha da Manhã, quais sejam, Folha de S. Paulo e Notícias Populares, com linhas editoriais diferentes, sendo, um, caracterizado como imprensa sé-

ria e, o outro, como imprensa sensacionalista.

Em que medida a manchete da notícia é representação (sensacional e/ou sensacionalista)? foi a indagação formulada para nortear o desenvolvimento desta Dissertação. Dessa forma, foram verificadas e constatadas as seguintes hipóteses: (a) a representação da notícia é caracterizada pelo tratamento de edição recebido; (b) de acordo com sua construção, a notícia tem um poder de indução à informação; (c) os fatores como público e as-

suntos são preponderantes para o tratamento sensacional e/ou sensacionalista da notícia; e (d) a notícia é representação à medida que interpreta os fatos a serem relatados com opiniões e tratamentos no texto.

Para a realização da pesquisa desta Dissertação, foram utilizadas como estratégias teórico-metodológicas a documentação indireta e a direta, assim, respectivamente, a pesquisa bibliográfica concorreu para fundamentar teoricamente o processo de construção da notícia e de indução à informação; e as técnicas utilizadas, tais como: (a) coletânea das mesmas edições dos jornais; (b) análise de cada um dos jornais; e (c) análise comparativa dos jornais concorreram para averiguar em que medida cada um dos jornais pesquisados elabora a construção da notícia, ao reservar-lhe ou não um tratamento sensacional e/ou sensacionalista.

Após os estudos teóricos correlacionados às análises efetuadas, foram dadas respostas às indagações efetuadas. (a) a edição de cada um dos jornais leva na primeira página temas ligados ao interesse humano; (b) um tratamento diferenciado na construção da linguagem há em cada um dos jornais; (c) a linguagem depende do público a que a mensagem se destina; (d) os temas sensacionais e os sensacionalistas não se restringem a determinados assuntos; (e) a notícia é construída de forma a utilizar uma linguagem sensacionalista, para despertar interesse no leitor; e (f) o jornalista figura como agente transformador da notícia. Desta feita, a manchete pode ser sensacionalista, por um tratamento proporcionado pelo processo de representação da notícia veiculada.

Foi utilizada ainda pesquisa bibliográfica acerca da atual área de interesse em Educação e Trabalho e apresentada nas referências bibliográficas.

Notícia como Representação social derruba mito da imparcialidade

Enquanto não houver a concepção clara de que a imparcialidade jornalística é um mito, não se terá uma leitura efetiva de qualquer notícia que seja veiculada e, para que esse caminho seja percorrido, a formação dessa consciência no jornalista, descri-

representação social da realidade das notícias jornalísticas:

Representar uma coisa não é, com efeito, simplesmente duplicá-la, repeti-la ou reproduzi-la; é reconstituí-la, retocá-la, modificar-lhe o texto. A comunicação que se estabelece entre o conceito e a percepção, um penetrando no outro, transformando a substância concreta comum, cria a impressão de “realismo”. Essas constelações intelectuais, uma vez fixadas, nos fazem esquecer de que são obra nossa, que tiveram um começo e que terão um fim, que sua existência no exterior leva a marca de uma passagem pelo psiquismo individual e social.

A formação profissional do jornalista não pode ser oferecida de forma desvinculada dos aspectos sociais.

ta anteriormente por González Rey (2003) e, conseqüentemente, o entendimento da notícia como uma representação social, será fundamental.

O termo “Representações Sociais” designa tanto um conjunto de fenômenos quanto o conceito que os engloba e a teoria psicológica construída para explicá-los, identificando um vasto campo de estudos psicossociológicos que foi inaugurado por Serge Moscovici, através da sua obra seminal, *La psychanalyse, son image et son public* (1961, 1976), sobre a representação social da psicanálise mantida pela população parisiense em fins dos anos cinquenta. Proposto com o objetivo declarado de redefinir os problemas e os conceitos da psicologia social a partir desse fenômeno, o campo de estudos conta hoje com uma significativa quantidade de sínteses históricas, resenhas teórico-conceituais e metodológicas, levantamentos de produções empíricas e discussões críticas, que proporcionam em seu conjunto uma visão atualizada do estado do empreendimento. Para maior clareza, segue citação das palavras de Moscovici *in* Sá (1996:29):

Por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso “comum”.

Ainda sobre representações sociais, outras considerações de Moscovici *in* Sá (1996:31) vão ainda mais ao encontro da

Segundo as concepções de Moscovici *in* Sá (1996), pode-se concluir que as representações sociais, as quais integram a edição das notícias, são carregadas de impressões particulares, de linguagem própria, de culturas pessoais e coletivas e de outros instrumentos, que podem sugerir o conteúdo e a forma que terá a notícia ao ser apresentada à sociedade. Percebe-se, portanto, que a formação profissional do jornalista não pode ser oferecida de forma desvinculada dos aspectos sociais nos quais se encontra localizada a instituição de ensino superior onde este profissional é formado.

As Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura e instituídas pela resolução CNE/CES 16, de 13 de março de 2002, para os Cursos de Comunicação Social, prevêem habilidades e competências que devem ser oferecidas por meio das matrizes curriculares dos cursos, assim como os projetos pedagógicos os quais devem conter alguns elementos que se tornarão decisivos na formação deste profissional: missão do curso e perfil do egresso.

O que se percebe em relação ao texto proposto pelas Diretrizes Curriculares para o Curso de Comunicação Social e suas habilitações é que as habilidades e competências específicas propostas são extremamente técnicas e o mínimo que se espera que o acadêmico adquira ao longo dos quatro anos de graduação é a constituição da consciência capaz de reconhecer e su-

perar a representação social e não transformar a sua atuação profissional em textos moldados aos aspectos técnicos pregados pelas Diretrizes e pelas exigências de um mercado altamente cerceador. Todavia, o que realmente se observa aqui em relação às competências e habilidades a que se referem às Diretrizes Curriculares é que há um discurso advindo de propostas para o Ensino Superior que apenas desviam dos principais problemas enfrentados na formação profissional. Problemas esses oriundos da má qualidade dos Ensinos Básico, Fundamental e Médio e que vão ser potencializados no Ensino Superior, etapa responsável pela formação profissional; problemas oriundos da cultura escolar; problemas oriundos dos interesses do mercado de trabalho; problemas da origem de classes e na desigualdade de acesso à informação e conseqüentemente ao conhecimento.

Obedecer às competências e habilidades previstas nas Diretrizes não irá melhorar a qualidade do Ensino Superior e como conseqüência a atuação profissional. Se a prática é supervalorizada pelas Diretrizes e colocadas de forma desvinculada da Teoria não se haveria necessidade da criação de cursos de ensino superior em determinadas áreas, como por exemplo no jornalismo, bastaria apenas o conhecimento tácito, facilmente passado através da experiência de mercado e pronto estariam prontos os jornalistas. Essa afirmativa pode ser facilmente constatada nos exemplos abaixo de habilidades esperadas pelas Diretrizes, como: registrar fatos jornalísticos, apurando, interpretando, editando e transformando-os em notícias e reportagens; interpretar, explicar e contextualizar informações; investigar informações, produzir textos e mensagens jornalísticas com clareza e correção e editá-los em espaço e período de tempo limitados; formular pautas e planejar coberturas jornalísticas; formular questões e conduzir entrevistas.

Essa é a realidade que pode ser constatada na avaliação das matrizes curriculares dos cursos de graduação que seguem, a risca, as recomendações das Diretrizes e que estão absolutamente longe de formarem profissionais com a qualidade pretendida, pelo menos no que diz respeito à formação intelectual. Será que o mercado só precisa de um profissional com conhecimento tácito? Será que todas essas irresponsabilidades e superficialidades do jornalismo atual não se deve a uma formação de teor altamente prático e que abandona os conceitos teóricos, dando espaço aos laboratórios de prática, não dosando adequadamente estas necessidades?

Ater-se a esse discurso de competências e habilidades da forma como colocam as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação é negar todo o processo de ensino aprendizagem que norteia o plano de educação de uma instituição de ensino. Quando se instituem as competências e habilidades para uma determinada área de formação, abandonam-se, por exemplo, alguns conceitos importantes e estruturados ao longo de toda a história da educação como os dois lados da aprendizagem: o didático e o da relação, exemplificados por Hannoun (1998:32, 34),

Em sua classe, no plano didático, o professor transmite um conteúdo a um grupo discente supondo que seus componentes envidam o esforço indispensável para que os esquemas de sua própria pessoa consigam apreender a estrutura de uma mensagem dirigida a um grupo. Cada aluno deve, portanto, percorrer pessoalmente a distância que separa um conteúdo impessoal de sua própria habilidade ou saber pessoal. Aprender realmente é apropriar-se, tornar seu o que não era de início. [...] Estar motivado para um saber ou para uma

Ater-se a esse discurso de competências e habilidades da forma como colocam as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação é negar todo o processo de ensino aprendizagem.

habilidade supõe a ignorância de pelo menos uma parte do assunto, ignorância às vezes esterilizante, é verdade, mas às vezes também motivadora.

O que se percebe ainda, com frequência, nas matrizes curriculares é que não há uma análise real das condições regionais onde está inserido o curso quanto às necessidades da sociedade e não apenas do mercado, que apesar de estarem em constante modificação devem ser consideradas, não como sendo os pilares de um perfil pretendido ao egresso, mas sim com subsídios para que o profissional a ser formado conheça a sociedade onde está inserido. O grande equívoco que se faz nesse sentido é a introdução de disciplinas específicas que muitas vezes só se aplicam àquela comunidade e na verdade o que deveria ser levado em consideração é que com a formação do profissional, com uma visão sistêmica, teria condições de transportar os conhecimentos e adaptá-los a essas necessidades sociais. É importante que o jornalista não identifique como sendo necessidades sociais às necessidades de mercado. Existe uma linha, às vezes bastante tênue e que só será identificada por um profissional que tenha capacidade intelectual para tanto.

Um exemplo dessa distância, muitas vezes constatada, entre necessidades do mercado e da própria sociedade pode ser vista na presença constante da representação social colocada por Junqueira (1999:09) em seus estudos sobre a representação nos media. A autora acredita que a violência tem sido um tema abordado exaustivamente

Para a autora atualmente não é mais possível separar o fato real de sua representação, eles se produzem com interação total. O jornal, por mais isenção que apresente, tem responsabilidade direta pela evolução dos acontecimentos. Junqueira (1999:09), não quis dizer com isso que os *media* geram a violência, mas sim que representam a violência por meio de seus jornais. Ela explicita isso no trecho:

Os *media* multiplicam a consciência da violência, o que pode desencadear dois processos ou ambos simultaneamente: O despertar da ação contra a violência, ou a sua banalização. Frequentemente ambos são alcançados pelo mesmo relato dos fatos como ele é produzido e divulgado pelos jornais. O fato noticiado pelo jornal é a representação do fato. Uma representação no sentido positivo, de algo que cria e é criado pelo real. Neste sentido realidade e ficção não se separam.

Junqueira (1999) coloca, como principal atrativo da violência nos *media*, o lado comercial, e é exatamente neste ponto onde ocorre o conflito entre o próprio mercado editorial, as necessidades da sociedade e a formação do jornalista que irá atuar neste cenário social. A imprensa amarela, conhecida nos Estados Unidos e na Europa como *Yellow Kid*³, ganhou um espaço muito amplo nos últimos tempos, divulgando assuntos sensacionalistas, entre eles um destaque para a violência e o sexo.

A mesma autora conclui que, apesar dos jornais não poderem ser responsáveis por gerarem a violência, eles a representam. E a forma como é feita esta representação vai direcionar o próprio desenrolar dos fatos e a formação do jornalista terá um papel fundamental

no direcionamento destes fatos, assim como a própria linha editorial do veículo na qual este profissional está inserido.

Sabe-se que há todo um processo de levantamento dos fatos, do direcionamento da pauta, da seleção dos entrevistados, e

O que se percebe ainda, com frequência, nas matrizes curriculares é que não há uma análise real das condições regionais onde está inserido o curso quanto às necessidades da sociedade e não apenas do mercado.

te e por isso tem popularizado o consumo dos media. O objetivo? Nada mais que comercial, uma vez que coloca como estas representações contribuem para a formação, permanência e/ou transformação da visão de sociedade do público.

³ Apesar de ser no Brasil ser popularizada como Imprensa Marrom, ERBOLATO, em seu Dicionário de Propaganda e Jornalismo (1985) define o jornalismo sensacionalista como Imprensa Amarela ou Yellow Kid. Já imprensa Marrom configura-se como aquela que intenciona subornar, recebendo dinheiro para publicar ou não determinadas matérias redacionais.

outros fatores mais que incidem diretamente no texto final de uma notícia e que não são definidos apenas pelo próprio jornalista, mas, também pelas defesas e linhas a que se propõe um veículo de comunicação, mesmo que se auto-intitulando pluralista e imparcial, há sempre uma linha editorial que é conduzida pelos interesses sociais, políticos e econômicos daquele determinado veículo, e a imparcialidade, como já afirmado anteriormente entra no território do mito.

Fatores muito mais complexos que a simples técnica jornalística proposta pelas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Comunicação Social e suas habilitações permeiam todo o processo de produção jornalística. Concorde-se que todas as técnicas jornalísticas ensinadas nas salas de aula do Ensino Superior ao acadêmico de jornalismo são importantes na elaboração de um texto jornalístico, entretanto, não são fundamentais para a qualidade desse texto e do seu conteúdo.

A formação universitária, não apenas do jornalista, mas de qualquer outra profissão de nível superior, deve priorizar o pensamento muito mais que o simples fazer reproduzido, ou melhor, o refazer, que é o

que, majoritariamente, se lê hoje nos jornais e internet, assiste-se nas televisões e ouve-se nas rádios, muitas vezes baseados em depoimentos infundados, outras vezes manipulados e outras até inventados como se constata em casos atuais do jornalismo nacional e internacional.

A qualidade da formação acadêmica superior não deve estar depositada em Diretrizes Curriculares por mais convincentes que possam parecer os seus conteúdos. A qualidade no Ensino Superior estará sempre ligada a uma formação anterior do discente, docente, na cultura escolar, e principalmente, como coloca Hannoun (1998:174) a educação é um empreendimento fundamentado em apostas enactantes que constituem a unidade e o sentido de seus componentes.

Conclui-se assim que o jornalista que receber a formação unicamente tecnicista, sem a valorização do intelecto, sem elementos anteriores de referência, será um mero reproduzidor dos fatos em notícias sem uma reflexão, sem conteúdo crítico e principalmente sem uma auto-análise de que, enquanto jornalista, é um tradutor de fatos em representações sociais através da sua produção: a notícia.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Cristiane H. *Manchete Jornalística: sensacional e/ou sensacionalista?* Bauru. 2002, 182 p. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista, Campus de Bauru.
- ERBOLATO, Mário. *Dicionário de publicidade e jornalismo*. Campinas: Papirus, 1985
- GONZÁLEZ REY, F. *Sujeito e subjetividade*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2003.
- JUNQUEIRA, Lilia. *Representações sociais, identificação e cidadania nos media. Sexualidade nas novelas e violência nos jornais*. Texto apresentado no XXIII encontro anual da ANPOCS, GT Mídia e Opinião Pública, outubro de 1999
- GENRO FILHO, Adelmo (1987). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Poá: Tchê!, 1987.
- HANNOUN, Hubert. *Educação: certezas e apostas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- LOPES, Dirceu Fernandes, SOBRINHO, José Coelho e PROENÇA, José Luiz. *Edição em Jornalismo impresso*. São Paulo: Edicon, 1998
- ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1986
- SÁ, Celso Pereira. *Núcleo Central das Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SQUIRRA, S. *Jornalismo On Line*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998